

Clássicos da Amazônia**CABOCLOS-RIBEIRINHOS: CAMPONESES NA AMAZÔNIA¹****Caboclos-ribeirinhos: amazonian peasants****Manuel de Jesus Masulo da Cruz²**

² Universidade Federal do Amazonas, Departamento de Geografia, Manaus, Brasil. E-mail: manuelmasulo@gmail.com

Transcrição

Ana Beatriz Castro de Jesus, Thiago Oliveira Neto

RESUMO: O presente artigo aborda uma discussão teórica no âmbito da geografia agrária referente a compreensão sobre o camponês na Amazônia, destacando apontamentos gerais que permitem analisar e propor uma conceituação de camponês-ribeirinho para analisar as formas de organização da produção agrícola familiar das populações ribeirinhas que habitam as áreas de várzea. O texto corresponde a uma síntese da pesquisa de mestrado realizada entre 1994 e 1999, apresentando discussões centradas em: conceito de caboclo, ribeirinhos e camponeses; organização da produção camponesa na Amazônia; economia baseada no trabalho familiar; a prática de ajuda mútua; o contrato da força de trabalho e a venda desta; a propriedade da terra; a relação com o mercado.

Palavras-chave: camponeses; Amazônia; trabalho; várzea.

ABSTRACT: This article deals with a theoretical discussion in the field of agrarian geography regarding the understanding of the peasant in the Amazon, highlighting general points that allow us to analyse and propose a concept of the riverine peasant in order to analyse the forms of organisation of family agricultural production of riverine populations who live in floodplain areas. The text is a synthesis of the master's research carried out between 1994 and 1999, presenting discussions centred on: the concept of caboclo, ribeirinhos and camponeses; the organisation of peasant production in the Amazon; the economy based on family labour; the practice of mutual aid; the contract for labour power and its sale; land ownership; the relationship with the market.

Keywords: peasants; Amazonia; labour; floodplains.

INTRODUÇÃO

Nossa preocupação com a temática camponesa surgiu a partir de reflexões e discussões a respeito da questão agrária e de como ela vem sendo tratada por alguns estudiosos. Este trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto, dada a sua complexidade e suas diferentes abordagens. E propósito refletir sobre alguns aspectos acerca da lógica da produção e reprodução camponesa. Para tanto, tomar-

¹ Trabalho original.

² Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas.

se-á como referência autores clássicos e contemporâneos que contribuíram para o estudo/reflexão da temática em questão.

Algumas concepções têm visto o campesinato como algo homogêneo, no qual o mesmo teria um papel subalterno nas relações sociais. Essas visões têm distorcido a compreensão da realidade camponesa e, em muitos casos, importaram uma ideia estereotipada do *Ser* camponês. Alguns autores generalizaram as particularidades e os diferentes processos que formam os seus modos de vida, ou seja, os camponeses de vários lugares foram entendidos como iguais, desconsiderando suas especificidades. Outros, porém, têm compreendido esse processo como contraditório, percebendo as diferenças existentes entre eles.

Como ponto de partida, tomar-se-á a segunda concepção, tendo como pressuposto a existência de diferentes formas de vida camponesa. Isto não significa que não o entendamos em sua unidade, ou seja, existem elementos que os unificam enquanto camponês e elementos que os diferenciam.

Nas últimas décadas, a problemática da questão agrária na Amazônia tem sido uma constante nos meios de comunicação e em diversas análises de estudiosos, os quais vem dando ênfase, principalmente, aos conflitos de terra, que é resultado das políticas públicas adotadas para a ocupação da Amazônia. Tais políticas pretendiam integrar a região na economia nacional. A forma como estas medidas foram e vem sendo implementadas têm aguçado os diferentes interesses dos atores envolvidos: posseiros, colonos, índios, grileiros, Estado, latifundiários, etc. Estes conflitos têm gerado mortes, expropriações, explorações, genocídios, enfim, todo tipo de violência. Daí está presente nas análises atuais sobre a região, pois são questões fundamentais para se compreender a problemática agrária da Amazônia brasileira. Porém, neste trabalho, dar-se-á ênfase a uma outra situação agrária que tem merecido pouca atenção: a realidade dos caboclos-riberinhos, presente ao longo dos rios amazônicos.

É importante considerar que estamos nos referindo às populações estabelecidas há muito tempo na Amazônia brasileira como resultado de um intenso processo de mistura cultural, iniciado a partir do século 17 com a expansão portuguesa, intensificado durante o período pombalino no século 18 e consolidado nos séculos 19 e 20, com a expansão pela procura da borracha, no qual houve um processo migratório considerável para a Amazônia,³ destacando-se os nordestinos que foram aproximadamente 300 mil migrantes entre 1872 e 1910.

Assim, a população miscigenada, que atualmente habita o ambiente de várzea e de terra firme da Amazônia brasileira, foi constituindo-se ao longo desse processo, obedecendo ao padrão de ocupação rio-homem-várzea-terra firme, do qual permanece em muitos lugares praticamente inalterado. Para tanto, foi fundamental a capacidade adaptativa dessa gente, assimilando muitos traços das diferentes sociedades indígenas preexistentes. Portanto, não trataremos, neste artigo, dos camponeses que migraram através dos inúmeros projetos de colonização dirigida ou espontânea nas últimas décadas para a Amazônia, como resultado das políticas públicas de desenvolvimento para a região, implementadas principalmente a partir de

³ Oliveira (1988, p. 97).

meados da década de 60 com a inauguração da rodovia Belém-Brasília, os quais obedeceram ao padrão de ocupação terra firme-homem-rodovia. Nossa preocupação será com os caboclos-ribeirinhos que se adaptaram às condições naturais, tais como: o processo da enchente/vazante, erosão/deposição e outros, mantendo um alto grau de inter-relacionamento equilibrado com a natureza, fazendo com que ela trabalhe a seu favor e vice-versa. Na verdade, pode-se dizer que, nesses ambientes, natureza e homem se completam, uma vez que este, também, acaba se aliando aquela.

PENSANDO O CONCEITO DE CAMPONÊS

A tarefa de estabelecer conceitos é sempre difícil, e nem sempre alcança os objetivos propostos. Os conceitos normalmente buscam estabelecer regras gerais a respeito de determinados assuntos. Porém, os parâmetros estabelecidos nem sempre condizem com a realidade, devendo ser utilizado como instrumento de análise. Se eles têm uma validade de generalização não podem simplesmente ser aplicados para explicar a realidade, que é infinitamente mais rica. "Sua utilidade e utilização estão sujeitos às perguntas feitas, às maneiras como estas se relacionam aos esquemas de questionamento teórico mais gerais e a seu esclarecimento da realidade" (SHANIN, 1980, p. 70).

Nesse sentido, diferentes autores têm tentado buscar elementos para caracterização do campesinato, os quais serão utilizados como apoio na compreensão das diferentes formas de organização da produção dos caboclos-ribeirinhos que habitam os ambientes de várzea e terra firme na Amazônia brasileira. O objetivo é trabalhar com um conceito que possa ser utilizado para melhor compreender a realidade dessas populações. Para isso, é necessário considerar que "la captación de un fenómeno sólo puede lograrse dentro del contexto histórico en que tiene lugar. Los esquemas teóricos generales permiten ilustrar ciertas realidades, pero no dar cuenta del movimiento efectivo de ella" (CERECEDA; BARRIA, 1984:07). No mesmo sentido vai a afirmação de Shanin (op. cit:49): "O uso da generalização como conceito não implica obviamente a homogeneidade dos camponeses (...). Qualquer generalização, baseada na comparação, assumirá a heterogeneidade dos dados, assim como as margens ou limites da ambivalência conceptual". Portanto, pensar algumas caracterizações são elementos para compreender a dinâmica camponesa, sem, no entanto, se preocupar com tipificações. Entre essas características aceitas pela maioria destes autores estão:

1 - Trabalho familiar - A força de trabalho da família é considerada o elemento central da produção camponesa, o trabalho é indivisível, todos trabalham coletivamente com o objetivo comum. Isso não quer dizer que não haja divisão de tarefas. Além disso, o trabalho para o camponês não aparece como uma ocupação, mas como uma combinação de atividades, no qual exerce ao mesmo tempo diferentes tarefas: agricultor, extrator, pescador, artesão, carpinteiro, dentre outras. Isso explica o papel do trabalho na socialização do campesinato, "pois é através dele que as crianças são iniciadas, desde pequenas, como personagem da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva; quando criança pequena, o camponês brinca como miniatura

de instrumento de trabalho; quando criança crescida já trabalha com esses instrumentos" (OLIVEIRA, 1986, p. 70).

Outras formas de trabalho presente no meio camponês são: **Ajuda mútua** - forma de trabalho que supre "em determinados momentos, a força de trabalho familiar" (OLIVEIRA, 1986, p. 69), além disso, reforça as relações de socialização entre os camponeses. Como exemplo temos: o mutirão e troca de dias. **O trabalho acessório** - se dá quando o camponês vende sua força de trabalho com o objetivo de complementar sua renda, seja no período de entressafra ou porque sua renda agrícola é insuficiente; **assalariamento** - se dá quando o camponês contrata outro para realizar tarefas na sua propriedade. Recorre-se a este tipo de trabalho, principalmente no período da colheita, quando a força de trabalho da família não consegue suprir suas necessidades de trabalho na unidade produtiva, ou ainda, quando parte dos membros da família migra.

2-Proprietário da terra - A unidade de produção camponesa, que para alguns é privada, difere da capitalista, pois é instrumento direto de trabalho e não para explorar o trabalho alheio⁴,¹ ou seja, é terra para o trabalho e não terra de negócio.⁵

3-Organização da produção - a produção camponesa não se destina apenas para sua subsistência. Ao planejar sua produção, ele estabelece que uma parte desta se destina ao mercado, ou seja, o seu objetivo é gerar renda que possibilite adquirir produtos e bens que satisfaçam suas necessidades. Segundo Chayanov (1976), estas necessidades estão baseadas no equilíbrio entre trabalho e consumo. Isto os diferenciam de uma produção capitalista, pois essa visa o lucro, enquanto os camponeses visam atender suas necessidades básicas fundamentais.

4-Relações com o mercado - A economia de mercado tem trazido mudanças significativas na forma de organização do campesinato. À medida que o camponês se relaciona com o mercado, mais suas tarefas tendem a se tornar especializadas, "em vez de ser carpinteiro, o camponês procura agora os serviços de um profissional; em vez dele próprio confeccionar suas roupas, ele adquire pronta" (SHANIN, 1979, p. 5). Portanto, seu trabalho volta-se basicamente para agricultura. Shanin (1980, p. 48) classifica esse processo "de estágio de agriculturação do camponês".

Suas outras atividades não agrícolas são cada vez mais supridas de fora (produção industrial, profissional especializado, etc), pois o camponês necessita comprar produtos, serviços, etc. Com isso é necessário que sua produção agrícola seja suficiente para prover tais despesas. Acontece, porém, que nem sempre isso ocorre, pois normalmente pagam preços baixos pelos seus produtos, dificultando desta forma a aquisição de produtos, que ele não produz ou deixou de produzir. Esse processo desigual é um elemento importante para se entender a especificidade da economia camponesa, pois a resistência e a capacidade de fazer frente a todas essas alterações provocadas pela economia de mercado, é prova suficiente de que tão cedo não desaparecerão. "Pelos padrões de cálculos aceitos, muitos estabelecimentos rurais

⁴ Oliveira, op. cit., 70.

⁵ Martins (1982, p. 45).

camponeses, que trabalham com prejuízo e deveriam ir à bancarrota, continuam operando e inclusive investindo" (SHANIN, op. cit: 41).

CABOCLOS, RIBEIRINHOS, CAMPONESES?

Sem a preocupação de estabelecer uma polêmica sobre terminologia, o que deve se avaliar é como os caboclos-ribeirinhos se organizam para produzir e reproduzir a sua existência. Porém, antes parece interessante tecer alguns comentários sobre o significado dos termos, caboclo, ribeirinho e camponês, insistimos que são apenas comentários, que têm, sem muita pretensão, um caráter didático, isto porque esses termos podem variar de lugar para lugar.

Do ponto de vista étnico, o termo caboclo serve para designar o mestiço, fruto de uma miscigenação do índio com o branco. Porém, o termo tem outros significados como "habitantes dos sertões, caboclo do interior, terra de caboclo, desconfiado como caboclo" (CÂMARA CASCUDO, 1954, p. 136), ou ainda de forma pejorativa, quem está isolado, quem é preguiçoso, tonto, etc.

Deffontaines (1951, p. 54), falando sobre o caboclo, estereotipa como alguém isolado, "o caboclo leva vida livre, quase sem necessidades, mas sem capacidade aquisitiva e até sem moeda, praticando uma agricultura primitiva, quase florestal, onde campo e floresta se entremeiam. A base de sua alimentação é a mandioca; ele dedica-se à colheita, apanhando frutos do mato e mel silvestre; pratica a caça "ao pio", isto é, imitando os gritos dos pássaros e chamando-os a si; sua casa é uma cabana coberta de palha ou de ramagem. Bastam-lhe algumas horas de trabalho por semana para assegurar sua subsistência"

Teodoro Sampaio *apud* Souza (1939, p. 58) afirma que o termo caboclo "vem do caá-boc - tirado ou procedente do mato" Vaz (1996, p. 48) ao se referir a palavra caboclo comenta que o termo "foi usado inicialmente como sinônimo de tapuyo, que era como os grupos indígenas se referiam aos seus inimigos (índios). Com a civilização, o termo passou a designar o índio 'amansado' ou 'civilizado', mas com a mesma conotação de escárnio. Só muito depois ganha também o sentido de mestiço de índio com branco".

No que se refere aos "caboclos da Amazônia", estes, também, são tratados como matuto, indolente, tonto, apáticos, etc. "Caboclo na Amazônia é aquilo que ninguém quer ser, por isso aplica-se o termo sempre ao outro, o inferior na escala social, o rural, descendente de índio, analfabeto, enfim, aquele que não é urbano e civilizado" (VAZ, 1996, p. 49).

Ribeirinhos - literalmente que mora às margens do rio, ou em alguns casos moram sobre o rio, em casas flutuantes ou palafitas. Temos ribeirinhos no campo e na cidade. Moram às margens dos rios, dos igarapés. O que nos interessa, neste artigo, são os camponeses ribeirinhos, pois ser ribeirinho para esses camponeses, é muito mais que uma posição geográfica - morar às margens do rio. O rio é um complemento da vida, ou a própria vida, como descreve Tocantins (1972, p. 303): "Não há no mundo uma região onde melhor se ajuste a imagem dos caminhos andantes do que a Amazônia.

As suas baías, os seus golfos, rios, paranás, lagos e igarapés, consagram a frase de Pascal. sob o aspecto da geografia dinâmica e o das manifestações de vida do homem, cujo destino está entregue aos caminhos que andam". Rio e camponês são partes de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas, o camponês lhe oferece sua proteção, através de suas representações (seus mitos) como a mãe-d'água, a cobra grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta humanização da natureza e naturalização do homem.

Camponês - o termo camponês é recente no vocabulário brasileiro como nos lembra Martins (1990, pp. 21-23) "as palavras 'camponês' e 'campesinato' são das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política. Introduzidas em definitivo pela esquerda há pouco mais de duas décadas, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários países nos anos cinquenta (...), nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome mas pretende ser também a designação de um destino histórico".

Após essas breves palavras sobre os termos, voltamos a insistir, que as nomenclaturas têm menos importância do que seus conteúdos. Para nós os caboclos-ribeirinhos são camponeses, não porque se prefere ou preterem os termos, mas porque eles estão socioeconômica e politicamente organizados como tal. Se esta condição de produção e reprodução vai continuar, não se sabe e nem se está analisando essa questão. O que se propõe e o que se tenta é vê-los como estão organizados agora. Tem-se clareza de que eles não estão parados no tempo e no espaço, que alterações ocorreram e vão continuar ocorrendo.

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CAMPONESA NA AMAZÔNIA

Não é intenção fazer uma análise detalhada do modo de vida dos caboclos-ribeirinhos. Seria impossível para o trabalho que ora se propõe. É propósito nosso tão-somente levantar algumas questões gerais que possibilite perceber que sua lógica de produção e reprodução, embora particulares, se enquadram no conceito geral do campesinato.

A economia baseada no trabalho familiar

A produção camponesa na Amazônia brasileira está apoiada fundamentalmente no trabalho familiar, da qual todos os membros trabalham coletivamente, tendo como objetivo satisfazer as necessidades da família. O trabalho é considerado indivisível, e o seu resultado, ou seja, a produção anual - deduzidos os custos - é apropriada pela família, portanto, também indivisível, pois não há pagamento de salário. Isto não significa que não haja divisão de tarefas. Neste tipo de exploração, geralmente os elementos de maior vigor físico (os homens) executam tarefas consideradas principais e pesadas: derrubadas de matas para preparação do plantio e/ou pasto, retirada de capim para alimentar o gado bovino no período de águas altas, pesca e outros.

Normalmente compete ao pai (chefe da família) a responsabilidade pelas definições das tarefas principais a serem executadas, bem como do número de membros para realizá-las. Essas decisões geralmente são tomadas durante as refeições, principalmente no jantar, quando toda família está reunida

Por outro lado, as mulheres, crianças e idosos cuidam de outras tarefas consideradas leves, porém importantes para o conjunto do trabalho desempenhado na unidade. São de responsabilidade das mulheres, os serviços domésticos, a criação de animais de pequeno porte (galinha, porco, pato, etc.), o cuidado dos sítios e das pequenas hortas. Ressalta-se que as mulheres, em determinadas situações, se engajam em atividades desenvolvidas pelos homens. "As mulheres da família participam também do trabalho na unidade de produção, principalmente na lavoura, nos momentos de maior necessidade de mão-de-obra como no plantio, na limpeza e na colheita da produção (...). É importante destacar que a mulher conhece as tarefas realizadas na unidade produtiva, e estão aptas a auxiliarem os homens em qualquer atividade, até quando a força física for exigida" (OLIVEIRA JR, 1990, p. 188). No entanto, os homens durante os intervalos do trabalho principal, também executam tarefas leves.

Já as crianças, desde pequenas acompanham os pais nas diferentes atividades. Geralmente compete ao menino acompanhar o pai na roça, na pesca, na caça, enquanto a menina ajuda a mãe nos serviços domésticos e no cuidar do quintal. "Muito cedo, as crianças [meninos], entram na atividade pesqueira, quando acompanham o pai na canoa, servindo de remadores e, daí, observam e aprendem os locais, métodos e técnicas de pesca, que mais tarde lhes serão úteis" (FRAXE, 1997, p. 84). Os pais costumam selecionar algumas tarefas que as crianças possam efetuar, de acordo com a idade, é o caso observado no Paraná do Curari, município do Careiro da Várzea-AM, onde os meninos, a partir de 8 anos, ajudam na retirada do leite pela manhã.

Esse processo de acompanhar os pais nas diferentes atividades é importante para as crianças, porque possibilitam o aprendizado de um conjunto de atividades, fundamentais para suas vidas quando se tornarem adultos. Pois, a agricultura em economia camponesa aparece não simplesmente como uma ocupação, mas sim como uma combinação de atividades, em que o camponês executa, ao mesmo tempo, a função de agricultor, pescador, extrator, coletor, criador, dentre outros. Em outras atividades, como na indústria, o indivíduo é preparado para desenvolver determinadas tarefas, na qual a mesma ocorre completamente fora do ambiente familiar. Na atividade agrícola do tipo camponesa, ao contrário, ele (o indivíduo) é preparado para executar um conjunto de tarefas, que são passadas de pai para filho, ocorrendo em bases puramente familiares.⁶

A socialização primária⁷ desse conhecimento torna-se fundamental para o processo de produção e reprodução neste tipo de exploração. "La preparación para la ocupación de un campesino se cumple, principalmente, dentro de la familia: el joven aprende su tabajo siguiendo a su padre y ayudándolo. Este procedimiento de

⁶ Shanin (1985, p. 5).

⁷ "A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade" (BERGER e LUCKMANN, 1994, p. 175).

socialización refuerza los lazos familiares y realza el carácter tradicional de la agricultura campesina" (SHANIN, 1973, p. 19).

Tepicht (*apud* WOORTMAN, 1995, p. 3) classifica essa divisão de tarefas no seio da família camponesa em duas forças: a primeira denominada de "plenas" - representa a força de trabalho dos homens adultos, que são direcionadas principalmente para as atividades principais da exploração; a segunda é as forças "marginais" ou "não-transferíveis" - representa o trabalho desempenhado pelas mulheres, crianças e idosos sendo fundamentais para a reprodução camponesa. Esta recebe a denominação de "não-transferíveis", em função da não possibilidade de sua utilização, caso a família abandone o campo e migre para a cidade. Portanto, esse autor rompe, assim, com a ideia chayanovista de um "contínuo onde cada unidade sucessiva de trabalho não se distingue qualitativamente da precedente, senão que do ponto de vista do camponês é sempre mais árduo e menos útil" (TEPICHT, 1973, p. 40 *apud* CAMPOS, 1994, p. 11).

A prática de ajuda mútua

Além da força de trabalho da família, os caboclos-ribeirinhos na Amazônia brasileira dispõem de outras formas de trabalho, pautado nas práticas de ajuda mútua: o mutirão e troca de dias. O mutirão, também conhecido regionalmente por "ajuri",⁸ "puxirum" e "convite", consiste na ajuda que um grupo de moradores da comunidade local dá a uma família, quando esta se encontra em dificuldade de realizar determinadas tarefas, somente utilizando força de trabalho dos seus membros, é o caso por exemplo da derrubada da mata para fazer uma roça, no processo de fabricação da farinha de mandioca, na limpeza da comunidade, etc. O mutirão pode ocorrer, ainda, em casos de doenças ou por algum motivo de ordem natural. "Eu digo com o mutirão fica tudo melhor. A gente colhe a planta ligeiro, quando o rio vem enchendo com muita força [rápido] a gente só consegue salvar a produção com ajuda do vizinho, né" (agricultor, Iranduba-AM *apud* FRAXE, op.cit., p. 91).

Segundo a descrição da população local, o mutirão é uma reunião para o trabalho de várias pessoas, feita logo após o convite da família necessitada. Geralmente a família solicitante fornece as refeições, com exceção do café da manhã e do jantar. Após o término do trabalho, é comum também a família que recebeu auxílio promover uma festa como forma de agradecimentos a todos que participaram do mutirão, reforçando assim a solidariedade das famílias no interior da comunidade.

A família cabocla-ribeirinha que recebeu auxílio na sua propriedade tem obrigação moral de retribuir o serviço executado, auxiliando juntamente com os demais membros da comunidade, outras famílias necessitadas. "... se reúnem três, quatro famílias e

⁸ "O mutirão veio com nome de mutirão, e nessa época para atrás do mutirão chamavam de ajuri... todo mundo desse baixo Amazonas, aqui nessas imediações, aqui ninguém ouvia isso, pessoal era sempre o ajuri. Queria fazer um roçado, eu falava 10, vinham 10 para mim, eles faziam o meu roçado, pegava 10 homens, eles brocavam, 5 brocavam e 5 derrubavam, aí terminou. Aí dizia Sr...tu queres o teu amanhã? não tal dia. Aí aqueles 10 vinham para ele. Aí chamavam ajuri e isso era o tempo mais atrasado, agora desse tempo para cá já veio o mutirão. O mutirão começou, já começou depois das comunidades" (agricultor, Iranduba-AM *apud* BRANCO, 1993, p. 4).

vão dando ajuda para o parceiro necessitado. Sempre o mutirão é assim, a pessoa está precisando fazer uma roça e está aperreado, sem dinheiro, doente ou já velho, aí vai todo mundo” (agricultor, Careiro da Várzea-AM *apud* BRANCO, op. cit.: 46).

A troca de dias, também conhecida localmente por "dar dia de serviço, é realizada pelo mesmo motivo do mutirão, ou seja, em função da necessidade de força de trabalho no interior da unidade camponesa, porém, diferente daquela, não se dá através da reunião de um grupo de pessoas, mas individualmente (vizinho) ou, no máximo, por membros de uma família. Consiste na solicitação de auxílio por parte de um camponês caboclo-ribeirinho para execução de tarefas na sua propriedade, quando este juntamente à sua família não consegue realizá-las, ocorrendo geralmente na preparação dos terrenos para o plantio, na colheita, no processo de fazer farinha, no arranquio de roça e nas construções rurais (casa, galinheiro, chiqueiro, canoa, etc).⁹

Por outro lado, assim que tiver oportunidade, o caboclo-ribeirinho solicitante tem obrigação moral de retribuir ao vizinho o trabalho executado. "Ah, um dia eu preciso, eu sozinho não dá, o vizinho vem me ajuda. Depois, outro dia eu vô dá o tempo pra ele, ajudá pra ele" (SANTOS, 1984, p. 36).

As práticas de ajuda mútua na Amazônia brasileira, além de suprir as necessidades do trabalho familiar, é utilizada para suprir a falta de poder monetário destas populações, que não dispõem de quantidade suficiente para pagar trabalhadores assalariados permanentemente. "A ajuda mútua é a solução encontrada pelos camponeses para completar o trabalho que a família não conseguiu realizar pois, em geral, sus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente" (OLIVEIRA, 1996, p. 56).

Nas últimas décadas, essas formas de trabalho, em alguns lugares da Amazônia brasileira, têm sido utilizadas com menor frequência, principalmente naqueles com relacionamento mais intenso com o mercado, os quais tendem para um processo de especialização da produção. Nestes, tem-se notado que essa prática se dá basicamente em tarefas que trazem benefícios para comunidade: construções de igrejas, limpeza de terreno para campo de futebol, dentre outros.

A família ribeirinha contrata força de trabalho...

Mesmo dispondo dessas formas de trabalho, a família camponesa na Amazônia brasileira nos momentos de dificuldades de mão-de-obra, pode recorrer ao trabalho extrafamiliar. Com relação a esta questão, há divergências entre autores¹⁰, porém, concordamos com a conclusão de Cereceda e Barria (1984, p. 23) quando afirmam: "*A nuestro entender la economia campesina trabaja fundamentalmente con fuerza de*

⁹ Branco, op. cit.:48.

¹⁰ Segundo Schejtman (1982, p. 124 *apud* CERECEDA E BARRIA) "estas unidades no contratan trabajo assalariado: Bengoa e Crispi e outros (s/d:37 *apud* Cereceda e Barria) afirmam "que rara vez se contrata fuerza de trabajo". Gomez (1980, p. 6 *apud* CERECEDA E BARRIA) "sontiene que puede contratar fuerza de trabajo".

trabajo familiar que no se remunera en dinero puede o no contratar fuerza de trabajo para ciertas faenas en forma ocasional".

A contratação de trabalho extrafamiliar é predominantemente temporário e ocorre através do conciliato verbal, no qual são estabelecidas as formas como o contratante vai realizar o serviço: diária ou empreita. A diária tem sido a forma cada vez mais utilizada na Amazônia e consiste no período médio de oito horas de trabalho com intervalo para o almoço de uma hora e 30 minutos a duas horas, podendo ser realizado durante um ou mais dias.¹¹ Os serviços podem ser executados na propriedade do contratante ou não: preparo do terreno para o plantio e/ou pasto, retirada de capim para alimentar o gado bovino durante a enchente, apanhar frutas, construções de casas, etc. Esses camponeses são pagos por dias trabalhados, daí serem chamados de diaristas.¹²

Na Amazônia brasileira, a contratação de trabalhadores ribeirinhos se dá devido os membros da família serem insuficientes para a realização das tarefas na unidade camponesa. "A família é pequena. Samo eu, a mulher e um filho que pega na enxada né, e o resto e tudo gitino [pequeno] como a professora tá vendo! o jeito é contratar diarista pra ajudá na roça na colheita, no plantio. Quando esse ficar taludinho [grande], se Deus quiser, eu não vô precisá pagar diarista" (agricultor, Iranduba-AM *apud* FRAXE, op. cit., p. 106).

Ela também vende força de trabalho

Os caboclos-ribeirinhos da Amazônia brasileira, em determinado período, podem vender sua força de trabalho, tendo como objetivo complementar a renda da família. "*En cambio. Brignol y Crispi se Ralan que cuando la producción económica de la unidad campesina no asegura producción el campesino vende fuerza de trabajo (...) A nuestro juicio la economía campesina puede o no vender fuerza de trabajo en forma esporádica o temporal*" (CERCCEDA e BARRIA, op.cit.:24). Santos (1984, p. 37) define esse fato como trabalho acessório, e complementa: "Quando isso ocorre dá-se a transformação periódica do camponês em trabalhador assalariado, recebendo por jornada de trabalho". Na Amazônia brasileira, o trabalho acessório se dá de várias formas,¹³ no entanto, a venda quase sempre é efetuada para outro camponês, sendo direcionada, para tarefas a serem executadas na propriedade do contratante ou não: limpeza do terreno para o plantio, retirada de capim para alimentar o gado bovino

¹¹ Branco, op. cit.:40.

¹² Nas proximidades de Manaus, principalmente nos municípios de Careiro da Várzea-AM e Iranduba-AM, em jan/99, a diária correspondia ao valor de quinze reais (R\$15,00), valendo, inclusive, para uma canoada de capim.

¹³ Os caboclos-ribeirinhos na Amazônia brasileira, além de vender sua força de trabalho para outros camponeses, também podem em determinados períodos tornar-se embarcados (tripulantes de uma embarcação), seja em barco de pesca ou de "linha". Podem, ainda, migrar para os centros urbanos para trabalhar temporariamente. Em outros lugares podem trabalhar na extração da madeira, sendo contratados por terceiros. Há casos, ainda, daqueles que vão trabalhar nas empresas multinacionais que se instalaram na região nas últimas décadas. "As empresas contratantes de assalariados de Gurupá-PA até meados dos anos 80 foram a Jari e Geosul através de empreiteiros ('gatos') a JARI FLORESTAL contratou empregados temporários para o corte da madeira e para o plantio e limpeza de suas terras reflorestadas" (OLIVEIRA JR, op.cit.:193).

durante a enchente, transferência do gado da várzea para terra firme no momento de subida das águas e da terra firme para várzea na descida das águas, dentre outros. "Nesse sentido, o camponês passa a ser um assalariado temporário de um outro camponês, cuja família não basta para o desempenho das tarefas agrícolas" (Santos, op. cit., p. 37).

Por outro lado, a liberação dos caboclos-ribeirinhos para a execução do trabalho acessório somente ocorre quando outros membros da família são capazes de executar as inúmeras tarefas na unidade camponesa.

Muitos caboclos-ribeirinhos da várzea na Amazônia brasileira vendem sua força de trabalho durante o período de águas altas, coincidindo também com a entressafra da produção. Na verdade, nesse período, há liberação temporária de trabalho, devido ao nível d'água e a impossibilidade de trabalhar na terra, pois a mesma encontra-se submersa, tornando-se impossível o plantio, tendo esses camponeses que recorrer a outras atividades fora da sua propriedade. Uma dessas atividades, muito comum no Paraná do Careiro, no Paraná do Curari e no Paraná do Cambixe, município do Careiro da Várzea-AM, é a de capineiros, contratados para retirar capim durante as enchentes. Stenberg (1956, p. 159), que estudou a região do Careiro no início da década de 50 já se referia a essa atividade acessória: "A necessidade de providenciar forragem, durante a alagação, criou no Careiro-Cambixe uma ocupação sazonal muito característica a de capineiro, capinzeiro ou ainda canareiro".

É importante frisar que esses camponeses caboclos-ribeirinhos que vendem sua força de trabalho, não são trabalhadores rurais sem-terra ou destituídos dos meios de produção, que estão disponíveis apenas com sua força de trabalho. Muito pelo contrário, são proprietários dos meios de vida e produção, que somente se submetem ao trabalho acessório quando os outros membros da família são capazes de executar tarefas na propriedade. "Da parte do trabalhador assalariado, verifica-se que não é um trabalhador expropriado dos meios de vida e produção, que possuísse apenas a força de trabalho. Ao contrário, é um camponês, proprietário do meio de vida e produção, vivendo a condição de trabalho acessório, nos momentos em que a amplitude da família o permite" (SANTOS, 1984, p. 44).

A venda da força de trabalho por parte do camponês é uma das atividades desenvolvidas na exploração camponesa. O trabalho acessório para os caboclos-ribeirinhos é realizado, na maioria das vezes, para restabelecer o equilíbrio do orçamento familiar e não tende a tornar-se uma atividade principal. No entanto, aqueles que conseguem equilibrar a produção/consumo no período das águas altas, no caso dos ribeirinhos que vivem nas áreas de várzea, aproveitam para fazer outras atividades: pescam para subsistência; às vezes para comercializar; quando têm gado, e esse não vai para terra firme, tratam de providenciar alimentação; em alguns casos, aproveitam esse período para extrair ou coletar produtos da floresta da terra firme: castanha, óleo, resina, palmito, dentre outros.

Como foi assinalado acima, o trabalho acessório e o assalariamento são formas combinadas na produção camponesa. Os que vendem, o fazem como forma de complementar sua renda, mantendo, porém, sua própria produção. Os que compram, os fazem como forma de suprir a falta da mão-de-obra familiar. Isso os diferenciam

dos capitalistas que vivem da exploração do trabalho de outrem. Isso não significa que contratantes e contratados sejam iguais, pois há uma estratificação no seio do campesinato. Os elementos dessa diferenciação vão do tamanho da família às condições naturais (fertilidade do solo, proximidade do mercado, herança, etc.), ou seja, dependendo dessas condições, a produção do camponês aumenta ou diminui, o que influencia diretamente na sua poupança.

A propriedade da terra, da água e da floresta

Os camponeses caboclos-ribeirinhos na Amazônia brasileira são proprietários dos meios de produção, aí incluídos a propriedade da terra, da água e da floresta. Embora ocorra o processo de compra e venda, a terra para essas populações aparece não como equivalente de mercadoria - como no caso da economia capitalista - mas como terra destinada ao trabalho. "É terra de trabalho não de negócio",¹⁴ pois o objetivo básico das populações caboclas-ribeirinhas é adquirir terras para que nela possam efetuar trabalho, e não a destinar como reserva de valor, ou tão pouco explorar o trabalho de outrem. Martins (1979:10), referindo-se a essa questão, afirma: "na verdade o posseiro não valoriza a terra como terra. Ser proprietário da terra para ele não tem o menor sentido. O que tem sentido para ele, isto sim, é ser dono do trabalho. "Em outro trabalho (1982:59), reitera: "a propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador".

Nesse sentido, para o camponês caboclo-ribeirinho, o uso da terra não obedece a critérios e regras estabelecidos pela sociedade nacional e apoiados por critérios jurídicos, mas sim por um conjunto de códigos e normas, constituídos ao longo de sua experiência de vida. A comunidade local, muito mais do que outras instâncias da sociedade, exercem um peso importante nesse processo, pois é no seu âmbito que são nomeadas essas formas de organização social. Isto é muito mais significativo, ainda, quando se percebe que a apropriação das áreas de várzea pelos caboclos-ribeirinhos na Amazônia apresenta características peculiares, pois em muitos trechos desse ambiente o processo de erosão fluvial ("terras caídas") e deposição de sedimentos ("aterros") são intensos, tornando-se impossível estabelecer por tempo indeterminado, os limites dos terrenos. Assim, muitas propriedades da margem esquerda do Paraná do Curari, município do Careiro da Várzea-AM, na sua boca de jusante, por exemplo, foram arrastadas pelo rio, desaparecendo completamente. Outras, como na margem direita do Paraná do Careiro, mesmo município, as perdas e ganhos de terras se deram simultaneamente, pois é comum encontrar os limites das propriedades totalmente modificadas, onde antes era local de plantação (incluídos os sítios), pastagem, local de moradia é somente água (rio). Por outro lado, onde antes predominavam aningais /chavascais, lagos, ou seja, áreas não aproveitadas para o plantio, a criação e a instalação da casa de moradia, tornou-se o lugar destes.

Há casos, ainda, na várzea do Careiro de lugares em que houve mais ganhos do que perda de terras, é o caso observado em grandes trechos da Costa da Terra Nova, logo a jusante da Costa do Rebojo. O processo de deposição de sedimentos, trazidos

¹⁴ Martins (1982, p. 45).

pelo rio durante as enchentes anuais foram intensos, fazendo surgir nas últimas décadas (cerca de 30 anos, segundo falas dos moradores), novas terras (“praia”) na frente da restinga antiga mais alta, na qual está estabelecida a casa de moradia dos ribeirinhos. Essas novas terras que surgem são delimitadas, não cercadas, e utilizadas pela população local, principalmente para o plantio de cultura de ciclo curto, conforme a propriedade de cada morador: “a projeção das fronteiras laterais da propriedade funciona como eixos imaginários que circunscrevem um espaço legítimo de apropriação (...) é um espaço circunscrito à projeção dos marcos divisórios da propriedade jurídica registrada (FRAXE, op. cit.:18).

A utilização da terra nas áreas de várzea na Amazônia brasileira, tanto as existentes como as que surgem, ocorre sem nenhum tipo de incidentes graves, na verdade, há um respeito geral, firmado por meio de acordos verbais. Em alguns casos, como nas terras arrendadas, a palavra vale muito mais do que o documento. Isto não significa que as famílias ribeirinhas deixem de recorrer aos instrumentos jurídicos legais para proteger suas propriedades. Assim, muitos moradores dessas áreas possuem documentos que justifiquem sua posse: título definitivo, escritura, recibo, etc.

Além do uso da terra, os caboclos-ribeirinhos da várzea na Amazônia, também, utilizam-se dos recursos da água e da floresta, pois sua sobrevivência está baseada nesse trinômio: terra-água-floresta. No caso do uso dos recursos aquáticos, a apropriação se dá completamente diferente da apropriação da terra, pois em geral obedecem às características naturais desse ambiente. Assim, os lagos interiores, localizados atrás da restinga frontal, onde estão instaladas as casas de moradia, “são passíveis de apropriação coletiva” (Fraxe, op. cit.:109), pois, “se diversas propriedades têm seus limites (fundos) em um mesmo lago, e o conjunto dessas propriedades circunscrevem todo corpo aquático, essas famílias reivindicam não a posse em si, mas o direito exclusivo dos recursos aquáticos, principalmente no âmbito interno da comunidade. Isto funciona como uma contraposição à invasão de agentes externos (pescadores profissionais e moradores de outras comunidades)” (Idem:110).

Esses lagos interiores estão presentes ao longo da planície aluvial da Amazônia brasileira. Atualmente, recebem a denominação de *lagos despensa*,¹⁵ termo inicialmente utilizado pelo Ibama, pois, na realidade, é nesse ambiente aquático que as famílias ribeirinhas das várzeas amazônicas retiram a maior parte da sua alimentação, por meio da pesca. Permanecem cerca de oito meses (entre agosto e março) sem contato direto com o canal principal (o rio) ou alguns paranás que não secam no período de águas baixas. O restante dos meses do ano (entre abril e julho), no período da enchente, são invadidos pelas águas dos furos, paranás, igarapés ou pelo transbordamento do canal principal (o rio).

Se de um lado os conflitos pelo uso da terra na várzea não são acentuados, como em outros lugares da Amazônia, o mesmo não pode ser dito para o uso dos recursos aquáticos, particularmente no que diz respeito a atividade pesqueira. Os ribeirinhos tinham um controle dos lagos que tradicionalmente lhe pertenciam. No entanto, com

¹⁵ Segundo o minidicionário Aurélio (1975, p. 157) *despensa* significa: “repartimento da casa no qual se guardam mantimentos”.

o desenvolvimento da pesca comercial e a intensificação dos barcos motorizados, nas últimas décadas, houve alterações significativas na maior parte do ambiente aquático amazônico, o deslocamento facilitado pelo motor na embarcação impulsionou uma progressiva sobrepesca nesses lugares. Acostumados ao longo dos anos a praticar a pesca de subsistência, os ribeirinhos veem, agora, seu ambiente aquático ser invadido pelos pescadores profissionais que, no afã de aumentar sua produção, têm praticado a pesca predatória, com uso de técnicas que depredam os recursos pesqueiros lagunares: o arrastão, a bomba, a batijão, etc.

Essa prática tem ocasionado em vários lugares da Amazônia brasileira conflitos, uma vez que os ribeirinhos têm impedidos a pesca com fins predatórios nos lagos no período de águas baixas, principalmente nos lagos despensa. Para fazer frente a esses conflitos e a forma indiscriminada de pesca, os ribeirinhos vêm se organizando nas comunidades para proteger a depredação dos recursos pesqueiros, ainda, disponíveis nos lagos. Reunidos em assembleias gerais comunitárias, em alguns casos com o apoio do Ibama, decidem em consenso, através de "acordos", a proibição da pesca com uso de instrumentos que depredam os recursos pesqueiros, tais como: a malhadeira, tarrafas com efeito formiga, etc., ficando permitido somente o uso de instrumentos não predatório como: o caniço, tarrafa, arpão, arco e flecha, dentre outros. Esses "acordos" são normalmente regulamentados, por meio de portaria baixada pelo Ibama, na qual esse órgão providencia a confecção de placas que são afixadas nas margens dos lagos.

Apesar dessas medidas, os conflitos não desapareceram na várzea da Amazônia brasileira. É o caso observado na Costa da Terra Nova, município do Careiro da Várzea-AM, junto ao Lago Joanico, típico lago despensa, na qual a pesca predatória está proibida, desde 1995, durante oito meses do ano (entre agosto e março), mesmo período em que o lago permanece sem contato com o rio principal. O conflito se dá entre os próprios moradores, pois esse lago não é frequentado por pescadores de outros lugares. Alguns desses moradores já eram, antes da proibição, mais pescadores do que agricultores, na qual praticavam uma pesca comercial, direcionada para o mercado de Manaus. Com a proibição ficaram numa situação extremamente desconfortável, "aqui e acolá" tentam desrespeitar o período em que não se pode pescar com instrumentos predatórios no lago, como, por exemplo, a malhadeira, pois o uso desse apetrecho de pesca é fundamental para a captura de uma maior quantidade de peixes, condição indispensável para a realização de uma pesca com fins comerciais. Nesse sentido, em março de 1988, moradores favoráveis à proibição sob a liderança de F., juntamente a fiscais do Ibama, fizeram apreensões de 17 malhadeiras dentro do Lago Joanico, com protestos dos infratores. Oito dias depois desse incidente, a canoa¹⁶ de F. apareceu totalmente destruída ("quebrada") na margem do lago. F., um defensor assíduo do lago, confessava, tristemente, que o autor de tal façanha foi seu compadre. Isto vem demonstrar o quanto o conflito pelo

¹⁶ Os ribeirinhos normalmente mantem uma ou mais canoas nos lagos, usadas exclusivamente na atividade pesqueira. A canoa é um bem tão significativo para essas populações, como o automóvel é para os cidadãos.

uso dos lagos na Amazônia, à medida que os recursos pesqueiros são depredados, podem se acentuar no futuro.

Já o rio principal e os canais laterais (paraná) não são passíveis de apropriação pelos caboclos-ribeirinhos, o acesso é livre e irrestrito' podendo ser usado para a atividade pesqueira, durante o ano inteiro. No período da piracema (entre agosto e novembro) esse ambiente é muito frequentado pelos pescadores, devido à abundância de peixes, no entanto, nos outros meses no ano torna-se extremamente escasso. Daí os pescadores profissionais, nesse período, tenderem a executar suas atividades em direção aos lagos, ocasionando, conseqüentemente, os conflitos.

No que diz respeito ao uso da floresta, o acesso é livre e irrestrito¹⁷, não passíveis de apropriação pelos ribeirinhos. Os ribeirinhos extraem e coletam inúmeros produtos da floresta que são usados basicamente na unidade familiar camponesa.

Os caboclos-ribeirinhos se relacionam com o mercado

A exploração familiar camponesa na Amazônia brasileira se relaciona com o mercado, caracterizando-se como uma unidade parcialmente mercantil.¹⁸ “É claro que concebemos esta integração em seu sentido mais absoluto, ou seja, tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sociocultural” (LAMARCHE, 1993:19). Desde seu surgimento, esse campesinato caboclo-ribeirinho mantém relações permanentes com o mercado, pois parte do que consomem vem de fora, ou seja, eles compram e/ou trocam o que não produzem, principalmente os produtos industrializados e serviços especializados. Para tanto, é necessário vender parte de sua produção, pois os mesmos necessitam gerar renda que possibilitem adquirir produtos e serviços que eles não produzem ou deixaram de produzir.

A maior parte dos produtos agrícolas plantados pelos caboclos-ribeirinhos visa a comercialização futura, é o caso, por exemplo, da produção de alface, couve, repolho, batata-doce, maxixe, quiabo, dentre outros. É evidente que existem alguns produtos agrícolas que são basicamente destinados para o autoconsumo, principalmente aqueles ligados aos sítios ou quintais, como: mastruz, cubiu, etc. Na verdade, ao planejar a sua produção agrícola esse campesinato caboclo tem como propósito destinar parte para ser comercializado. Shanin (1988, pp. 29-30), referindo-se a essa questão, comenta: *"En este sentido, los mercados forman un componente típico del sistema campesino de organización económica, proveyendo un lugar donde los productores primários venden parte de su producción para obtener dinero en efectivo y complementar la producción hogareña mediante la provisión exterior para las necesidades imediatas"*.

Nesse sentido, parte da produção dos caboclos-ribeirinhos na Amazônia brasileira destina-se para a venda (mercado), o qual se dá de várias formas: do local de produção diretamente para o mercado, por meio dos barcos de linha, seja de pequena ou grande distância ou de embarcações dos próprios ribeirinhos; do local de produção para os armazéns flutuantes existentes em alguns rios, furos, paranás, lagos. Daí para

¹⁷ Fraxe, op. cit.: 110.

¹⁸ Tepich *apud* Campos, op. cit.:09.

o mercado, por meio do barco de linha; do local de produção para o mercado, por meio dos regatões, principalmente nos lugares onde os barcos de linha não fazem itinerários, pois este tipo de atividade foi praticamente substituído pelas duas formas anteriores.

O destino dessa produção ocorre de duas maneiras: parte é consumida localmente nas cidades, principalmente os produtos agrícolas (melancia, mandioca, farinha, abacaxi, produtos da olericultura, etc.), na qual, na maioria das sedes municipais, realizam-se feiras do produtor; parte direciona para o mercado nacional e interacional, particularmente produtos da floresta (castanha, borracha, óleo, resina, palmito, etc.). Isto não significa que produtos do extrativismo não sejam consumidos localmente; é o caso, por exemplo, da castanha-do-pará, muito apreciada pela população da região.

Embora os caboclos-ribeirinhos continuem a exercer uma combinação de atividades, temos notado naqueles lugares onde há uma relação mais intensa com o mercado, uma tendência para o processo de especialização da produção. A agricultura toma-se basicamente a atividade principal. Outras atividades como, por exemplo, de artesanato são cada vez mais raro nas comunidades, tomando-se serviço especializado: um exemplo típico é a técnica de confeccionar remo, atividade abandonada pela maioria dos caboclos-ribeirinhos, os quais compram de um profissional especializado, quase sempre localizado nas cidades.

Embora haja uma predominância da atividade agrícola em locais de maior contato com o mercado, isso não significa um processo de especialização em um só tipo de produto. Há uma diversificação na organização da produção. Na região do Careiro, considerado o cinturão verde de Manaus, esse aspecto é bem visível. Planta-se em pequenas quantidades diversos tipos de cultura: alface, repolho, maxixe, quiabo, batata-doce, cebolinha, etc. Essa diversidade de produto agrícola é uma forma encontrada pelos caboclos-ribeirinhos de não ficarem dependentes do preço de um único produto, pois ocorre de um produto ter seu preço reduzido, enquanto outro pode adquirir um bom preço. A alternância de preço e a diversidade na produção fazem com que esses ribeirinhos não tenham prejuízos consecutivos, o que certamente o levaria ao desaparecimento enquanto camponês.

De um modo geral a produção agrícola dos ribeirinhos na Amazônia brasileira não está ligada a agroindústria, os seus produtos são consumidos pela população local de forma "in natura". Não há, portanto, uma subordinação da agroindústria sobre esses camponeses. Daí eles terem certa autonomia de plantar o que quiserem ou o que for mais conveniente: por exemplo, se o preço da batata-doce estiver muito baixo em determinado ano agrícola, no outro ele pode não plantar, pois não tem contrato e/ou compromisso com ninguém, a não ser com ele e sua família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final da década de 40, o geógrafo francês Pierre Gourou, na conclusão de seu estudo sobre a Amazônia, fez as seguintes observações: "Nada de grande e de sólido poderá ser realizado em uma região oficial como a Amazônia, sem um estudo rigoroso e sem experiências conduzidas honestamente. Nada de durável será obtido se os

responsáveis pelas obras a empreender não tomarem conhecimento das duas categorias de problemas que existem na Amazônia: o problema do aproveitamento de milhões de quilômetros quadrados, mas também, e, no nosso ponto de vista, especialmente, os problemas da economia da população, dos níveis de vida atuais da Amazônia. Perder de vista esta distinção, esta ordem de urgência, será provavelmente cair na desordem, na megalomania, na inutilidade. Deve-se pensar primeiro no homem da Amazônia”.

Infelizmente, nos anos subsequentes, principalmente a partir da década de 60, durante o regime militar, as inúmeras políticas públicas adotadas para Amazônia não levaram em considerações as observações realizadas por Gourou. Na realidade, o homem não somente foi preterido como sequer considerou-se sua existência. Isso é tão verdadeiro, que a máxima desse período foi "homens sem terras para terras sem homens", dando a nítida ideia do vazio demográfico para a Amazônia, a qual necessitava, urgentemente ser ocupada, integrada ao restante do país, como se não houvesse populações indígenas e caboclas há muito tempo já estabelecidas, mantendo um alto grau de inter-relacionamento equilibrado com a natureza, principalmente os habitantes das margens dos rios, paranás, furos, igarapés e lagos. Assim, essas políticas públicas privilegiaram os "grandes projetos" para a região: aberturas de estradas, construções de hidrelétricas, projetos de colonização, projetos agropecuários projetos minero-metalúrgicos, cuja implementação, em nome da modernização da Amazônia, não considerou, em nenhum momento, como se fossem invisíveis, as populações preexistentes, postas à margem desse processo.

A exploração familiar na Amazônia brasileira, que como foi visto, apresenta características do tipo camponesa, foi totalmente excluída de todo processo de desenvolvimento implementados para a região, sendo inclusive, desacreditada e ignorada pela elite nacional e regional, que "viraram as costas" para essa forma de organização social. No entanto, graças a sua enorme capacidade adaptativa e de superar crises, soube resistir, bravamente, a todos os impactos econômicos, políticos e naturais que teve de enfrentar: retração nos preços da borracha e da semente de cacau; declínio na produção da juta e malva; exclusão do acesso ao crédito agrícola; as "grandes enchentes" como as da década de 70, dentre outros.

O conjunto de tarefas praticadas pelos ribeirinhos, as quais apresentam um baixo nível de especialização, tem sido fundamental na produção e reprodução desse campesinato, visto que os mesmos fazem uso da terra, da água e da floresta, por meio da prática agrícola, da criação de pequenos e grandes animais, da pesca, do extrativismo, da coleta, dentre outros, possibilitando tanto suprir as suas necessidades básicas fundamentais, como manter certa flexibilidade nas suas relações com o mercado, uma vez que esse tipo de unidade familiar integra em si mesma produção e consumo.

O uso desse trinômio: terra-água-floresta tem possibilitado para os ribeirinhos a disponibilidade de uma variedade de produtos, que são utilizados tanto no consumo doméstico, como colocado para venda, principalmente nas capitais e nas demais sedes municipais, as quais representam o lugar de mercado para essas populações. Como há uma variedade de produtos para ser comercializados, os ribeirinhos dispõem

de uma elasticidade em relação ao mercado, uma vez que, se um dos produtos não tem um bom preço, os outros podem vir a ser bem remunerados e, na média, o produtor reduz o impacto do mercado sobre os preços dos produtos.¹⁹

As combinações de atividades executadas na várzea da Amazônia estão todas diretamente relacionadas com as condições naturais desse ambiente, tais como: a subida e descida dos níveis da água, do intenso processo de erosão fluvial e deposição de sedimentos, dentre outros.

As oscilações anuais do nível do rio fizeram com que as populações da várzea da Amazônia brasileira produzissem uma extraordinária capacidade de adaptação a esse ambiente em constantes alterações, pois parte do ano, durante o período de águas altas, pertence ao ambiente aquático, a outra parte, durante o recuo das águas, pertence ao ambiente terrestre.

O processo constante de destruição (erosão fluvial) e construção (deposição de sedimentos) das áreas de várzeas também fez com que os ribeirinhos se adaptassem a esses "espaços mutáveis", pois como foi visto, em alguns trechos, há perdas e ganhos concomitantes de terras, em outros há perdas totais e, em outros os ganhos de terras são significativos. Todas essas situações determinam estratégias diferenciadas de sobrevivência.

Para finalizar, espera-se que este trabalho possa contribuir com alguns elementos para melhor compreensão das diferentes formas de organização da produção agrícola familiar das populações ribeirinhas que habitam as áreas de várzeas e terra firme da Amazônia brasileira, pois este tipo de organização social, embora para muitos possam ser vista como "anacrônica" "pré-moderna", tem demonstrado ao longo dos anos por meio de inúmeras práticas, técnicas, costumes, semelhantes aos das sociedades indígenas preexistentes, que é possível fazer uso dos recursos naturais disponíveis: terra, água, floresta, de forma equilibrada e sustentável, mostrando, para a humanidade, que nesse ambiente natureza e homem se completam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BERNARDINO, José de Souza. **Dicionário da terra e da gente do Brasil**. 6.^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

BRANCO, Fidel M. Castelo. **As relações de trabalho na pequena produção de várzea no Estado do Amazonas**. 1993. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) – Universidade do Amazonas, Manaus, 1993.

CAMPOS, Índio. Pequena produção familiar e capitalismo: um debate em aberto. **Paper do NAEA**, nº 16, 1994. <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v3i1.11964>

¹⁹ Branco, op. cit.:235.

CERECEDA, Luz; BARRIA, Lilia. **Comportamento económico y racionalidad del campesino**. Santiago: Instituto Chileno de Educación Cooperativa (ICECOOP), Santiago de Chile, 1984.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CASCUDO, L. da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1954.

DEFFONTAINES, Pierre. Três tipos humanos da zona rural: - o caboclo, o caiçara e o mascate. **Sociologia da Vida Rural Brasileira**, 1951.

FRAXE, Therezinha de Jesus P. **Homens anfíbios: terra e água - uma etnografia do campesinato da várzea do rio Solimões-Amazonas**. 1997. Dissertação de Mestrado (Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997.

GOUROU, Pierre. Observações geográficas na Amazônia. In: Revista Brasileira de Geografia. Ano XII, nº. 2 (abril-junho de 1950), p. 171-250.

LAMARCHE, Hugas. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.

MARTINS, José de Souza. Teoria e liberdade: a luta dos posseiros na Amazônia Legal. **Reforma Agrária**, v. 9. n.º1, 1979, pp. 10-19.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. Editora Hucitec, São Paulo, 1980/1982.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Editora Vozes. Petrópolis-RJ, 1981.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séc. XVII a XV). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 4. n.º1, 1988, pp. 65-115. <https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/717>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. Ática. São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. Contexto. São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Paulo H.B.Jr. **Ribeirinhos e roceiros: subordinação e resistência camponesa em Gurupa-PA**. 1990. Dissertação de Mestrado (Geografia Humana), Universidade de São Paulo, 1990.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1984.

(1984)

SHANIN, Theodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos CEBRAP**, n.º 26, 1980. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i7.1456>

SHANIN, Theodor. Chayanov e a questão do campesinato. **Programa de pós-graduação em Sociologia Rural da da Universidade Federal do Rio grande do Sul, Textos de Estudos**, n.º7, 1984.

SHANIN, Theodor. **Natureza y lógica de la economia campesina**. Barcelona: Anagrama, 1988.

STENBERG. Hilgard O. **A água e o homem na várzea do Careiro**. Tese (Concurso à cátedra de Geografia do Brasil). 1956. Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1956.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1972.

VAZ, Florêncio. Ribeirinhos da Amazônia: identidade e magia na floresta. **Revista de Cultura**, n.º 2, 1996, pp. 47-65.

WOORTMANN, Elen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo-Brasília: Hucitec/UNB, 1995.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0